LEI MUNICIPAL Nº 3.191, DE 30/12/2015 - Pub. 31/12/2015 - A Tribuna

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Niterói para o exercício financeiro de 2016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município de Niterói para o exercício financeiro de 2016, no montante de R\$ 2.321.017.556,39 (dois bilhões, trezentos e vinte e um milhões, dezessete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo nos termos do art. 130, § 4º, da Lei Orgânica de Niterói, e dos arts. 4º e 22 da Lei nº 3.146, de 29 de junho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração pública direta e indireta, bem como fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

TÍTULO II - DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I - DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Da Receita Total

Art. 2º A Receita total orçamentária é estimada em R\$ 2.321.017.556,39 (dois bilhões, trezentos e vinte e um milhões, dezessete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) desdobrada em:

I - Orçamento Fiscal em R\$ 1.577.958.451,07 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sete centavos);

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 743.059.105,32 (setecentos e quarenta e três milhões, cinquenta e nove mil, cento e cinco reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente, discriminada em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO Em R\$ 1,00	
1.1 RECEITAS CORRENTES	2.002.959.622,66
Receita Tributária	736.807.927,29
Receita de Contribuições	85.483.573,45
Receita Patrimonial	66.604.264,72
Receita de Serviços	2.989.750,00
Transferências Correntes	985.890.686,07
Outras Receitas Correntes	93.055.090,01
Receitas Correntes Operações Intraorçamentárias	129.932.633,70
(D) Receitas Correntes	(97.797.490,21)
Contas Retificadoras Transferências Correntes	(6.812,37)
1.2 RECEITAS DE CAPITAL	318.057.933,73
Operações de Crédito	318.048.933,73
Alienação de Bens	5.000,00

Amortização de Empréstimos	2.000,00
Outras Receitas de Capital	2.000,00
TOTAL	2.321.017.556,39

CAPÍTULO II - DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Da Despesa Total

Art. 4º A despesa total orçamentária fixa da é de R\$ 2.321.017.556,39 (dois bilhões, trezentos e vinte e um milhões, dezessete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), em observância ao desdobramento disposto nos termos da [Lei nº 3.146](#), de 29 de junho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, na forma detalhada entre os órgãos orçamentários no anexo desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal, em R\$ 1.577.958.451,07 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sete centavos);

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 743.059.105,32 (setecentos e quarenta e três milhões, cinquenta e nove mil, cento e cinco reais e trinta e dois centavos).

Art. 5º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a [Lei nº 3.146](#), de 29 de junho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

CAPÍTULO III - DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

Art. 6º A Despesa Total será realizada segundo a discriminação dos anexos, que apresentam sua composição por Funções e por Órgãos, conforme o seguinte desdobramento sintético:

PROGRAMAÇÃO À CONTA DE TODOS OS RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

1. DESPESA POR FUNÇÃO Em R\$1,00		
01	Legislativa	57.780.000,00
04	Administração	409.464.464,23
06	Segurança Pública	28.312.129,59
08	Assistência Social	25.093.574,88
09	Previdência Social	326.852.863,97
10	Saúde	391.112.666,47
11	Trabalho	607.000,00
12	Educação	345.146.599,28
13	Cultura	18.318.622,10
14	Direitos da Cidadania	605.000,00
15	Urbanismo	117.247.604,60
16	Habitação	8.984.290,00
17	Saneamento	161.638.147,98
18	Gestão Ambiental	5.050.076,50
19	Ciência e Tecnologia	1.225.823,00
22	Indústria	160.000,00
23	Comércio e Serviços	296.501,81

24	Comunicações	150.000,00
26	Transporte	236.202.213,95
27	Desporto e Lazer	12.152.899,98
28	Encargos Especiais	96.706.954,60
99	Reserva de Contingência	77.910.223,45
	TOTAL	2.321.017.556,39

2. DESPESA POR ÓRGÃO		
PODER LEGISLATIVO		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITEROI	57.680.000,00
01.02	FUND ESPECIAL DE MODERNI E APRIMORAMENTO FUN	100.000,00
PODER EXECUTIVO		
10.01	SECRETARIA EXECUTIVA DO PREFEITO	18.734.901,47
10.51	EMPR MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAM.	406.890.876,08
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO NELTUR	17.105.696,27
10.82	NITEROI PREV NITPREV	9.873.698,00
10.83	FUNDO NITEROI PREV FINANCEIRO	274.448.936,56
10.84	FUNDO NITEROI PREV PREVIDENCIARIO	67.039.164,04
11.01	GABINETE DO VICEPREFEITO	54.197.006,00
12.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	16.121.665,64
12.10	FUND ESPECIAL DA PROCURADO GERAL DE NITERÓI.	2.015.000,00
13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PARTICIPACAO SOCIAL	387.874,00
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	2.763.383,23
15.01	SECRETARIA DE GOVERNO	21.652.368,75
16.01	SECRET MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREI.	6.613.469,66
16.72	FUND MUNICIPAL P ASSIST SOCIAL FMAS	14.438.525,22
16.73	FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA FIA.	1.335.000,00
17.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	56.569.812,53
19.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PUBLICA	28.312.129,59
20.01	SECRETARIA MUN DE EDUCACAO CIENC E TECNOLO.	4.954.409,82
20.10	FUND MUNI. DE ESTIMULO A CIENCIA E TECNOLOGIA	50.000,00
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO FME	341.294.389,46
21.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	42.476.281,90
21.12	FUND. ESP. CRÉD. INADIMPLIDOS E DÍV. ATIVA MUN. NITERÓI.	10.000,00
22.01	SECRETARIA MUNIC DE URBANISMO E MOBILIDADE.	31.076.185,27
22.82	NITEROI TRANSP E TRANSITO S/A NITTRANS	17.415.587,55
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	2.845.895,34
23.01	SECRET MUN. DE PLANEJAMENTO, MODERNIZACAO.	14.570.398,82
24.01	ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNIC RECURSOS	94.752.714,23
SOB SUPERVISÃO DA SMF		
25.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	3.605.381,68
25.42	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE FMS	204.436.084,12

25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	183.000.000,67
25.45	FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE	1.200,00
26.01	SECRET MUNIC DE CONSERVACAO E SERVICOS PUB	56.048.938,18
27.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DO SAPE, BADU E MATAPACA	475.067,60
28.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DO BARRETO	815.879,64
30.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DA ENGENHOCA	683.085,29
31.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DO FONSECA	1.111.730,24
32.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DE ICARAI	432.681,89
33.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DO INGA	1.029.201,91
34.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DO LARGO DA BATALHA	800.047,18
38.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DE SAO FRANCISCO	475.172,81
39.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DO RIO DO OURO	625.609,91
41.01	SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS	1.134.543,02
41.41	FUNDACAO DE ARTE DE NITEROI FAN	29.034.262,06
42.01	SECRE MUN. DE MEIO AMBIENTE, REC. HIDRICOS E	4.454.241,44
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITEROI CLIN	192.162.794,74
42.74	FUNDO MUNIC DE CONSERVACAO AMBIENTAL FMCA	902.750,00
43.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DA REGIAO OCEANICA	692.475,40
44.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DA ILHA DA CONCEICAO	656.921,42
45.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DO PT CEM REIS E ADJACEN	495.643,64
51.01	SECRET MUN. DE IND. NAVAL E PETROLEO E GAS	1.002.347,76
52.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONOMICO	1.886.700,55
53.01	SECRET MUN DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	807.637,48
56.01	SECRET MUN DE HABITACAO E REGULARIZACAO	1.377.874,97
56.75	FUND M. DE HABITACAO DE INTERESS SOCIAL FUHAB.	9.337.200,00
59.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DE JURUJUBA	369.824,46
60.01	ADMINISTRACAO REGIONAL DE TENENTE JARDIM	517.383,45
65.01	SECRETARIA MUNICIPAL DO IDOSO	20.000,00
67.01	SECR MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	10.000,00
99.99	RESERVA DE CONTINGENC	16.901.505,45
	TOTAL:	2.321.017.556,39

CAPÍTULO IV - DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias constantes desta Lei, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados em virtude de alteração na estrutura organizacional do Poder Executivo ou na competência legal ou regimental de Unidades da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta, bem como em razão da formulação ou ajustamento dos programas e políticas públicas, adaptando o orçamento aprovado pela presente Lei à modificação administrativa ocorrida e a programação governamental, inclusive criando Unidades Orçamentárias, Programas de Trabalho e Elementos de Despesa necessários à redistribuição das dotações ou de seus saldos.

CAPÍTULO V - DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, para transposição, remanejamento ou transferência de recursos, criando, se necessário, fontes de recursos, modalidades de aplicação, elementos de despesa, com a finalidade de suprir insuficiências dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social respeitada às prescrições constitucionais e os termos da [Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, § 1º incisos I, II e III e §§ 2º, 3º e 4º.](#)

Parágrafo único. Excluem-se da base de cálculo e do limite autorizado no *caput* deste Art. os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida, as despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar e remanejamento de dotações alocadas ao mesmo Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação por projeto, atividade ou operação especial de modo que não alterem a Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares a conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do [art. 43, § 1º, inciso II](#), e [parágrafos 3º e 4º, da Lei 4.320/64.](#)

Parágrafo único. O percentual a que se refere o art. 8º, passará a incidir sobre o valor acrescido pelos créditos suplementares abertos na forma do disposto no *caput* deste artigo.

TÍTULO III

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário, observados os preceitos legais em vigor, com o referendo da Câmara Municipal de Niterói.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como oferecer as garantias necessárias para a realização destes financiamentos, com prévia autorização do Poder Legislativo Municipal.

Art. 12. A dotação consignada à Reserva de Contingência destina-se a complementar preferencialmente as despesas contidas no [art. 32 da Lei nº 3.146](#), de 29 de junho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, ficando o Poder Executivo, nestes casos, autorizado a abrir créditos suplementares.

Art. 13. O Poder Executivo desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 30 DE DEZEMBRO DE 2015

RODRIGO NEVES
PREFEITO

(PROJETO DE LEI Nº 190/2015 - Autor: Mensagem Executiva nº16/2015)
OFÍCIO GAB Nº 40/2015

Niterói, 30 de dezembro de 2015.
Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Niterói
Vereador Paulo Roberto Mattos de Bagqueira Leal
Câmara Municipal de Niterói
Sr. Presidente,
Cumprimos-o, acusamos o recebimento do Ofício/AUT/Nº 40/2015/ S.M.D.C.P, referente ao Projeto de Lei nº 190/2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Niterói para o exercício financeiro de 2016, no âmbito do Município de Niterói.
Ao restituir a via do Autografo, comunico a Vossa Excelência que vetei a emenda nº 34 do Projeto de Lei, pelas razões em anexo.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e consideração.
RODRIGO NEVES-PREFEITO

RAZÕES DE VETO À EMENDA Nº 34 DO PROJETO DE LEI Nº 190/2015

Vejo-me instado a vetar a emenda nº 34 do projeto de lei nº 190/2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Niterói para o exercício financeiro de 2016. Ouvida, a Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle manifestou-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões: Apesar do mérito da proposta, cabe ressaltar que a tendência atual da economia é de aumento da incerteza com piora da atividade econômica para 2016, tendo em vista a intensa contração da atividade produtiva evidenciada nos últimos meses. O relatório do Boletim Focus, do Banco Central, de 4 de dezembro, aponta para persistente desaceleração nos próximos anos, com projeção de retração de 3,5% do PIB nacional em 2015 e 2,3% em 2016. Por conta da piora acentuada no cenário econômico nesses últimos meses, setores essenciais para o mercado de trabalho de Niterói, como serviços e indústria naval, com forte peso na arrecadação tributária, têm apresentado persistente redução no ritmo de suas atividades. Sem mencionar a profunda crise que vive o Estado do Rio de Janeiro, que não vem conseguindo arcar com despesas relevantes, como o pagamento de servidores públicos e manutenção de equipamentos públicos básicos nas áreas de saúde, educação e cultura. Considerando o cenário fiscal restritivo previsto para 2016 e com vistas a não comprometer o volume de gasto atual com despesas de pessoal, que não podem exceder os percentuais da receita corrente líquida discriminados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, sugerimos vetar o dispositivo em questão. Ademais, o dispositivo provocaria um desequilíbrio entre a receita estimada e a despesa fixada, ou seja, a Lei Orçamentária Anual de 2016 apresentaria um déficit, ao incluir uma despesa sem a respectiva indicação dos recursos necessários, em desacordo com o [inciso II - do § 3º do art. 166 da Constituição Federal](#), transcrito a seguir:

"Art. 166. (...)

(...)

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

(...)

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal."

Estas, portanto, foram as razões que me levaram a vetar a emenda nº 34 do referido projeto de lei.